



A Educação como um Instrumento de Transformação Social à Luz da Teoria das Janelas Quebradas

Docília Evangelista de Freitas¹; Felipe Neris Torres de Sousa²

Resumo: Este artigo resulta de reflexões teóricas sobre o papel da educação na transformação social. O objetivo principal se expõe na busca, sintética e mais abrangente de compreender a função da educação emancipatória como um instrumento de transformação social à luz da Teoria das Janelas quebradas. Tendo como objetivos específicos: analisar a pobreza e criminalidade na sociedade capitalista do século XXI; analisar a pobreza e a criminalidade à luz da teoria das janelas quebradas e refletir sobre a Educação emancipatória e sobre a sua função na sociedade capitalista à luz da teoria das janelas quebradas. Inova-se por trazer essa teoria norte-americana sob outra perspectiva relacionada a educação, e não ao âmbito do direito e da criminalidade como os pesquisadores já o fizeram. Partiu-se de uma abordagem mais teórica e reflexiva, acessando fontes bibliográficas de autores clássicos em que suas ideias permanecem e autores contemporâneos que buscam compreender a sociedade capitalista, a pobreza, a criminalidade e a educação nesta sociedade capitalista. A revisão literária procurou seguir uma linha de pensamento apoiada na teoria social crítica, ponderando as análises sob um viés crítico e analítico. Com principal pressuposto, entendemos a partir do estudo que a teoria das janelas quebradas mostra a importância da presença do Estado no investimento em segurança pública mais rígida, prevenindo situações de desordem para não se transformar em criminalidade. No entanto, essa teoria apresenta algumas lacunas, não trata da ressocialização dessas pessoas punidas, não considera quão importante também são as demais políticas públicas, especialmente de forma equitativa. Sendo que o investimento na Política Pública de Educação, é instrumento que não só preveni a criminalidade, mas a partir de uma educação emancipatória possibilita compreender a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas vigentes e encontrar estratégias e formas de organização para transformar a sociedade em prol do bem-comum.

Palavras-Chave: Pobreza. Criminalidade. Teoria das Janelas Quebradas. Educação Emancipatória.

¹ Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário e Faculdades Metropolitanas e Unidas/SP, Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela UECE – Universidade Estadual do Ceará; Cursa especialização em Docência do Ensino Superior pela FATEC, e-mail: docilia_eva@hotmail.com.

² Professor orientador, Graduado em Administração. Pós Graduado em Gestão de Marketing. MBA em Gestão Publica. Pesquisador com trabalhos aprovados em revistas Nacionais e internacionais e-mail: admfelipe.neris@gmail.com.

Education as an Instrument of Social Transformation in Light of the Broken Windows Theory

Abstract: This article results from theoretical reflections on the role of education in social transformation. The main objective is exposed in the synthetic and broader search to understand the role of emancipatory education as an instrument of social transformation in the light of the Broken Windows Theory. As specific aim: to analyze poverty and crime in the 21st century capitalist society; analyze poverty and criminality in the light of the broken windows theory and reflect on emancipatory education and its role in capitalist society in the light of the broken windows theory. It innovates by bringing this North American theory under another perspective related to education, and not the scope of law and criminality as researchers have already done. It started with a more theoretical and reflexive approach, accessing bibliographical sources of classical authors in which their ideas remain and contemporary authors who seek to understand capitalist society, poverty, crime and education in this capitalist society. The literary review sought to follow a line of thought supported by critical social theory, weighing the analyzes under a critical and analytical perspective. Based on the main assumption, we understand from the study that the theory of broken windows shows the importance of the State's presence in investing in more rigid public security, preventing situations of disorder from turning into criminality. However, this theory has some gaps, it does not deal with the resocialization of these punished people, it does not consider how important other public policies are, especially in an equitable way. Since investment in the Public Policy for Education is an instrument that not only prevents crime, but from an emancipatory education, it makes it possible to understand the complexity of social, economic and political relations in force and to find strategies and forms of organization to transform society into for the common good.

Keywords: Poverty. Crime. Broken Windows Theory. Emancipatory Education.

Introdução

A Educação como instrumento de transformação social na sociedade capitalista sempre é um tema importante e necessário para pesquisa, tendo em vista que a educação continua sendo questionada sobre seu impacto transformador na vida das pessoas e da sociedade, especialmente das pessoas que se encontram nas periferias, onde as sequelas da questão social lhes são latentes, sequelas essas que necessitam serem transformadas e a educação poderia ser esse caminho.

A educação, como instrumento que contribui na transformação do homem e consequentemente da sociedade, analisada à luz de uma teoria norte americana conhecida como “Teoria das janelas quebradas” se mostrou interessante para compreender porque governos, políticos, cientistas e muitas pessoas não a considera, consciente ou convenientemente como algo possível, porque as pessoas ao invés de tentar condenar quem quebra a janela não indaga quem atirou a primeira pedra, porque quebram as janelas e quais os reais caminhos para minimizar ou solucionar os problemas dessas janelas quebradas, será que as soluções perpassam apenas por medidas punitivas ou por uma educação conscientizadora e para a cidadania?

Neste sentido, indaga-se qual o papel da educação emancipatória na transformação social, analisada à partir da teoria das janelas quebradas? O que transforma realmente a sociedade e qual a nova perspectiva que a teoria das janelas quebradas pode nos trazer?

Este tema de estudo é relevante academicamente, tendo em vista que há poucas pesquisas que relaciona a teoria das janelas quebradas com a educação. Em pesquisa na internet (Google acadêmico) sobre artigos, livros, etc, bem como em pesquisa no banco de teses do CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sobre dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre este tema há poucas pesquisas que tem como base esta teoria relacionando com a educação, há muitas no âmbito do direito e relacionado ao estudo da criminalidade.

No entanto, trazer esta teoria para área da educação abre um novo paradigma. Este tema é importante para a sociedade comprometida com uma educação emancipatória, com a justiça, igualdade social e com os direitos humanos, pois somente através de concretizar esta educação é que ocorrerão mudanças substâncias e justas na sociedade.

Também possui sua relevância profissional, pois visa capacitar profissionais na área da educação e na área social para compreender a importância da educação como instrumento de transformação social, bem como tem sua importância social, pois ao compreendermos as como ferramenta relevante podemos utilizá-la como um ato de resistência sócio-política.

Esta pesquisa tem como objetivo geral, compreender o papel da educação emancipatória como um instrumento de transformação social na sociedade capitalista contemporânea à luz da teoria das janelas quebradas. Tem como objetivos específicos: analisar a pobreza e criminalidade na sociedade capitalista do século XXI; analisar a pobreza e a criminalidade a luz da teoria das janelas quebradas; refletir sobre a Educação emancipatória sobre a função na sociedade capitalista à luz da teoria das janelas quebradas.

Este trabalho pressupõe que a pobreza e a criminalidade são expressões das desigualdades sociais deste sistema capitalista e a educação emancipatória é um ato ideológico e político, podendo ser ferramenta importante que contribui para mudar a sociedade, mas isso depende das condições objetivas e subjetivas para isso.

A teoria aqui analisada tem como base a teoria social crítica marxista, que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, às condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais (...)" (MINAYO, GOMES, 2011, p. 24). Diante do exposto, apreende-se que a análise desta pesquisa se realizará articulado dialeticamente a teoria estudada nesta pesquisa bibliográfica para compreensão da problemática aqui proposta.

A pesquisa consiste como forma de abordagem o método dedutivo, no qual se dá a extração de ideais e conceitos de alguns autores que trata do tema em questão. Sendo um estudo bibliográfico, que é aquela que utiliza material escrito. Os principais subtemas e autores pesquisados foram; sobre sociedade capitalista e questão social: Marx (2007), Netto e Braz (2011) Wacquant (1999, 2017), Iamamoto (1995, 2011, 2012); sobre a educação, Freire (2017) e Demo (2007), bem como se pesquisou artigos atuais e mais relevantes no Google acadêmico sobre a teoria das janelas quebradas.

Em função dos objetivos definidos anteriormente, nota-se que a pesquisa de natureza qualitativa é mais adequada, pois segundo Minayo e Gomes (2011) “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo.” (p. 14). Segundo essas autoras esse método “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (p.21). Neste sentido, pretende-se com este trabalho entender as percepções de alguns escritores sobre a temática ora proposta.

Sobre as janelas quebradas e a educação conscientizadora, cabe citar Demo (2017, p.36) analisando o pensamento Freiriano “o sistema não teme o pobre que tem fome. Teme o pobre que sabe pensar”. E saber pensar perpassa por uma educação de qualidade e emancipatória, e ela pode ser o caminho para as pessoas entenderem e impedirem e/ou não quebrarem as janelas. Vale a pena analisar e refletir sobre a temática seguinte!

Pobreza e Criminalidade na Sociedade Capitalista do Século XXI

A Pobreza e criminalidade na perspectiva Marxista não pode ser investigada em si mesmo, mas relacionada a macroestrutura da sociedade no qual estamos inseridos. Esses considerados “problemas sociais” são na realidade sequelas da expressão da questão social³ que é inerente e particular a esta sociedade capitalista.

Este estudo segue-se pela teoria social crítica marxista que considera a historicidades dos processos sociais e tem como ponto de partida o trabalho na construção do homem e na organização da sociedade. (MINAYO, GOMES, 2011).

³ Questão Social é a manifestação da contradição e desigualdades entre Capital e Trabalho, no qual este último passa a exigir intervenções políticas além da caridade e da repressão, buscando garantias de direitos e Políticas Públicas para diminuir as desigualdades e minimizar as sequelas desta questão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1995). Está problemática se manifesta no cotidiano da vida social através de expressões como: miséria, pobreza, desemprego, criminalidade, etc.

Netto e Braz (2011), relatam que a sociedade burguesa/capitalista, que foi construída desde do Século XV e consolidada do século XVIII até os dias contemporâneos, o trabalho se assenta no modo de produção capitalista e tem como características fundantes: a propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalho, considerada uma mercadoria, e a acumulação do capital que advém dessa exploração. Esta última, acontece através da lei geral da acumulação capitalista, que provém da exploração do trabalhador na retirada da mais-valia criada por esses no processo de trabalho. Através dessa lei, a desigualdade entre classes que se inicia na estrutura do trabalho se refletirá em toda macroestrutura da sociedade, no acesso à educação, nas artes, na participação política, no acesso a ciência, etc.

Ao estudar Marx (2011), observa-se que nesta sociedade há duas classes fundamentais⁴, as classes que produzem os bens diretamente e são explorados por aqueles que possuem os meios de produção e se apropriam dos bens excedentes. De acordo com Netto e Braz (2011) essa classe bases são: os capitalistas (classe capitalista/ burguesa) que detêm os meios e modos de produção, e do outro, o proletariado (classe trabalhadora) que dispõe apenas da venda de sua capacidade de trabalho ou força de trabalho.

Assim o trabalho nessa sociedade gira em torno do modo de produção capitalista, que faz surgir duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, possuindo interesses antagônicos. Nessa relação, observa-se um processo de dominação e exploração, quando a classe trabalhadora é submetida, dada a sua necessidade de sobreviver.

Diante disto, é preciso lembrar que no processo histórico, a classe que vive do trabalho, foi se organizando e se rebelando diante da situação que fora submetida na busca de minimizar as sequelas da questão social e conquistar direitos trabalhistas, civis, políticos e sociais que se materializam através de políticas públicas para si.

O modo de produção capitalista se assenta na contradição e desigualdade, ao mesmo tempo que é uma sociedade riquíssima, com avanço técnico-científico surpreendente, há a acumulação de riqueza por uma pequena minoria, simultaneamente a maioria se encontra vivenciado situações de pobreza e até miséria. Marx (2011) refere:

Segue-se, portanto que, à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva em constante equilíbrio com

⁴ Isso não significa afirmar que só exista duas classes sociais na sociedade capitalista, mas significar dizer que existe necessariamente duas classes bases, os que detêm os meios e modo de produção e os que só possui sua força de trabalho para vender a esses primeiros. A partir dessas duas classes principais se desdobram e se articulam as outras classes. (NETTO E BRAZ, 2011).

o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente a acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no pólo oposto. (...) (Marx, 2011, p. 877)

Constatando o exposto acima, a sociedade capitalista a partir da década de 1970 entrou em mais uma de suas crises, levando os capitalistas buscarem redefinir o sistema econômico, político e social para encontrar os meios de explorar o trabalho ou investir menos no trabalho, objetivando aumentar a acumulação do capital, ampliando assim a desigualdade entre capital e trabalho. (IAMAMOTTO, 2011).

Netto e Braz (2011) relatam que o contexto mundial dos anos de 1970 foi de recessão generalizada, com crises cíclicas recorrentes. Para lidar com isso e garantir seus lucros, o capitalismo veio se reorganizando através do tripé: reestruturação produtiva; financeirização da economia e neoliberalismo.

Cabe lembrar que antes desta década, o capitalismo passou por seus trinta anos gloriosos de expansão, sob comando do capital industrial, ancorada em uma organização da produção de bases tayloristas e fordistas, em que existia a figura do operário massa; organização dos trabalhadores através de sindicatos, reconhecimento de direitos trabalhistas e uma política Keynesiana⁵ que propiciou a criação de um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), especialmente na Europa Ocidental.

No entanto o que vemos após esse período é que o capitalismo entra no seu estágio imperialista⁶, em que o capital financeiro é marca importante, verifica-se a mundialização da economia que se ancora nos grupos industriais transnacionais; as indústrias associam-se a instituições financeiras que passam a comandar o conjunto da acumulação, e os Estados

⁵ Política baseada nas ideias do economista John Maynard Keynes (1883-1946), especialmente no seu livro “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, de 1936. O objetivo de suas ideias era para ajudar os capitalistas a saída da crise do final da década de 1920 e início da seguinte. Ele defendeu a intervenção estatal na economia para reativar a produção, rompia assim, parcialmente com o liberalismo Clássico. Acreditava que a ideia liberal da “mão invisível do mercado” não produzia harmonia entre os interesses egoístas dos agentes econômicos e bem estar global de um país, por isso a importância do Estado intervir com medidas econômicas e sociais; tanto medidas para prevenir crise para os capitalistas, quanto investir em emprego e políticas sociais para a classe trabalhadora, especialmente garantir políticas sociais públicas para aqueles considerados incapazes para o trabalho: pessoas com deficiência, idosos e crianças, etc. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

⁶ “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (*id., ibid*”) (LÊNIN, 1977 APUD NETTO E BRAZ, 2011, p. 190)

Nacionais, dão suporte a essa dominação sócio-política através do Projeto neoliberalismo de sociedade. (NETTO E BRAZ, 2011)

Com relação ao capitalismo financeiro, Iamamoto (2012) relata que mesmo assim o capitalismo produtivo não deixa de existir, “A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada (...)” (p.109).

A reestruturação produtiva, causou e causa no processo de trabalho a acumulação flexível, em que se dá a flexibilidade deste processo, dos produtos e consumo. Uma enorme inovação tecnológica e científica que reduz a demanda e investimento no trabalho humano, levando ao enxugamento da mão-de-obra ao se investigar nas tecnologias e em ações especulativas, e isso tem como consequências o desemprego estrutural, intensificação do trabalho e aumento da jornada, sem aumento real de salário. Há também o estímulo a competição entre trabalhadores, considerados “colaboradores”, ampliação das relações de trabalho não formal, tais como: a terceirizações, subcontratação, trabalho autônomo, etc, que não garante direitos trabalhistas.

Segundo Wacquant (2017) os trabalhadores excluídos do emprego remunerado e para sobreviver são impelidos a recorrer:

(...) a estratégias individuais de auto-provisionamento, de trabalho clandestino, de comércio subterrâneo, de atividades criminosas e de desernrascanço quase institucionalizado (Fershuny 1983, Pahl 1987, Wacquant 1992, Engbersen 1996) que não contribuem propriamente a aliviá-los da precariedade, já que as consequências destrutivas do esquema de trabalho informal nas sociedades industriais tendem a reforçar e não a reduzir as estruturas contemporâneas de desigualdade (Pahl 1989:249). (WACQUANT, 2017, p. 33)

Assim nesta reestruturação produtiva, observa-se exigências aos trabalhadores empregados de dois modos, de uns poucos, requer que sejam altamente qualificados para exercerem suas atividades de forma polivalente, com direitos trabalhistas garantidos; e de outros, trabalhadores sem muita qualificação que pode ser substituído a qualquer momento, subcontratados e em situação de trabalho precarizado. Fora do emprego formal, tem-se os trabalhadores que buscam formas e estratégias de sobrevivência através de trabalhos informais, sem perspectiva de salário fixo e sem nenhum direito.

De acordo com Netto e Braz (2011) nesta reestruturação produtiva: a produção taylorista-fordista (rígida) é substituída pela produção toyotista (acumulação flexível), esta rompe com a estardização, “buscado atender variabilidades culturais e regionais e voltando-se

para as peculiaridades de “nichos” particulares de consumo” (NETTO E BRAZ , 2011, p. 226) aqui há a desterritorialização da produção, procura de novos espaços territoriais onde a exploração da força de trabalho é mais intensa, devido baixos salários e ausência de proteção no trabalho.

A maioria dos governos que tem conquistado o poder político em vários países pós 1970, e no Brasil, especialmente na década de 1990, tem seguido o receituário neoliberal. Este traz um projeto social, econômico e político defensor de um Estado mínimo para atendimento dos interesses da população trabalhadora e máximo para o atendimento dos interesses do capital e para a manutenção da chamada “ordem social”, através de um Estado penal, presente e ativo, especialmente para controle dos pobres em suas localidades.

Com este projeto neoliberal em voga, o Estado deve agir para com o social apenas em situações extremas, com políticas assistenciais compensatórias, residuais, focalizadas nos mais pobres e sem efetividade. Como designou Wacquant (2007, 2005, 2008, apud PASSOS, CARVALHO, 2015) é uma tendência para o:

(...) modelo de “gestão territorial da pobreza urbana” contemporânea: aquela que alia a desregulamentação econômica às frágeis e focalizadas políticas socio-assistenciais, a disciplina do *Workfare* e ao constrangimento do aparato policial e penal hiperativo do estado em meio à *marginalizada avançada*. Segundo o autor supracitado, a marginalidade avançada – *este novo regime de pobreza urbana* – é resultado da fragmentação do salariado urbano, da desconexo funcional entre os bairros de relegação (periféricos e desprezados), da economia nacional e mundial, da estigmatização territorial e da retração das proteções anteriormente garantidas pelo Estado Social. (p. 239)

De acordo com Passos e Carvalho (2015) expõem que a insegurança, o medo social, a criminalidade e a pobreza circunscrevem em um cenário sociocultural denso em transformações na qual destaca:

(...) a instabilidade e crise mundializada do capitalismo contemporâneo, a precarização e a informalização no mundo do trabalho, o crescimento do desemprego estrutural articulado a configuração do Estado de baixa responsabilidade na garantia da segurança social via políticas públicas, conforme evidenciado na desregulamentação social traduzida em perdas de direitos socioeconômicos e trabalhistas, bem como na complexificação da pobreza urbana em perspectiva global (PASSOS, CARVALHO, 2015, p. 238-239)

Enfim, observa-se que as mudanças na sociedade ocasionadas pela reestruturação produtiva, financeirização da economia e neoliberalismo provoca a exponenciação da questão social através do aumento das desigualdades sociais; crescimento dos trabalhadores em

situações de trabalhos informais, terceirizados e subcontratados, pois o desemprego maciço tornou-se fenômeno permanente. Também se tem o enfraquecimento e cooptação pelo Estado das organizações reivindicatórias dos direitos dos trabalhadores, como os sindicatos e movimentos sociais, o que contribui para dearticular mais ainda sua luta e diminuir a pressão para efetividade de seus direitos.

Para acrescentar a isso, a pobreza decorrente da exponenciação desta questão social é criminalizada pelo Estado e pela sociedade em geral. Sendo assim as ideologias de tolerância zero e fortalecimento de um Estado Penal, *penal State*, em detrimento ao Estado social, *Welfare State* se faz cada vez mais presente.

É preciso pensar criticamente, que essas “questões sociais” é algo complexo, relacional e em movimento com a estrutura da sociedade no qual fazemos parte.

Santos (2008, APUD PASSOS E CARVALHO, 2015) relata que com relação aos bairros pobres, onde verifica-se mais recorrentes criminalidade e violência “nestes espaços urbanos, o dito estado de exceção – inscrito nas fraturas do ‘Estado de direito’ à brasileira - restringe e nega direitos democráticos, sob o pretexto de salvaguardá-los ou mesmo expandi-los.” (p. 252), por isso é preciso pensar que tipo de visão de mundo e sociedade os governos que comandam um Estado possuem e quem verdadeiramente são os punidos, tanto pela falta de políticas públicas quanto pelo Estado repressivo.

Com relação a este papel do Estado perante a sociedade Pereira (2008) relata que é necessário “(...) evitar tratá-lo linearmente e de forma parcial (ou com estereótipos) como quando se a firma: que ele está sempre voltado para o bem comum; que existi para servir a uma única classe (a burguesia, por exemplo) ou ainda que ele é o mais frio de todos os monstros, como dizia Nietzsche.” (PEREIRA, 2008, p. 144). Este ente é histórico e apresenta configurações distintas em cada época e lugar.

De acordo com Gramsci (apud PEREIRA, 2008) o Estado representa a sociedade política, detendo o poder coercitivo, mas ele não se circunscreve a isso, para ser legitimado necessita realizar ações políticas e protetivas. O Estado capitalista, possui uma arena tensa e contraditória, de confronto de interesses entre capital e trabalho, no qual o capital pretende “reproduzir e ampliar a rentabilidade econômica privada”, e os trabalhadores, pretendem o “compartilhamento da riqueza acumulada e influir sobre o bloco do poder.” (p.148)

A sociedade também possui um conceito complexo, ela “(...) é muito mais do que a soma de indivíduos e que qualquer atividade humana, mesmo individual, é social.” (PEREIRA, 2008, p. 149). Para compreender a relação que se estabelece entre sociedade e Estado a autora

aponta Gramsci que trabalha com o conceito de sociedade civil. Para ele, sociedade civil representa a superestrutura, “(...) constituído por um conjunto de organismos e instituições de caráter privado que corresponde à função de hegemonia.” (2008, p. 158). Nela, não prevalece a força (coerção) mas a direção espiritual, cultural, ideológica e política.

O Estado que representa a sociedade política detém o poder da coerção, da força, da imposição, e a sociedade civil é o âmbito permeada por uma relação de reciprocidades e antagonismos de classes, essas buscam que suas ideias prevaleçam para o conjunto da sociedade, os dois, constitui a o Estado ampliado. (PEREIRA, 2008).

É no meio deste campo que as políticas públicas se inserem, sua importância e suas configurações vão depender da força da pressão que as classes realizam sobre o Estado. Elas possuem um caráter contraditório, ao mesmo tempo em que oferece respostas as necessidades da classe trabalhadora, através do atendimento das necessidades e das demandas desses, buscam o controle social da classe e consenso entre as classes, para a manutenção da chamada ordem do capital.

De acordo com Boschetti, Behring (2011), (et al) um dos “gêneros” das políticas públicas são as políticas sociais⁷. Essas, existem para minimizar as sequelas da questão social, que é um fenômeno típico da sociedade capitalista desigual. Essas mesmas autoras compreendem que:

As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas e enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.” (BOSCHETTI, BEHRING, 2011, p. 51)

As políticas sociais têm como umas das principais funções concretizar direitos de cidadania conquistados pela a sociedade e amparados em lei. Ainda de acordo com Boschetti, Behring, (et al 2008) “Os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e devem concretizar, são os direitos sociais, que se guiam pelo o princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais – que se guiam pelo princípio da liberdade” (p. 102).

No entanto, para a concretização desses direitos de cidadania, o Estados nacionais atualmente se encontra em um dilema, entre atender o social de forma qualitativa e universal

⁷Segundo Pierson (1991, APUD BEHRING, BOSCHETTI, 2011) “(...) elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a revolução industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democrata e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX.”

ou atender o que quer os neoliberais, recrudescendo o papel coercitivo e assistencialista do Estado.

É preciso analisar ponto a ponto teorias que levam ao recrudescimento de um Estado penal, sendo que a Teoria das Janelas quebradas é uma delas. Neste sentido, cabe analisá-la a fim de compreender sua relação com pobreza e a criminalidade, pensando em suas contribuições e lacunas.

Pobreza e Criminalidade à Luz da Teoria das Janelas Quebradas

A teoria das janelas quebradas surgiu nos Estados Unidos como uma forma de entender e explicar a criminalidade, se era devido a situação de pobreza ou questão de outra ordem, bem como para se criar maneiras de prevenir ou extinguir tais atos.

Os responsáveis pelo o embrião dessa teoria foram os psicólogos americanos coordenados pelo psicólogo Philip Zimbardo em 1969, no qual realizaram um estudo em que deixaram dois automóveis idênticos abandonados um em bairro nobre, em Palo Alto, Califórnia, e outro no Bronx, conhecida como local pobre e problemático da cidade de Nova York. O primeiro automóvel do estudo permaneceu intacto, já o segundo foi roubado e depredado, os pesquisadores concluíram que o problema da criminalidade estaria na pobreza. Na sequência eles quebraram a janela do carro que estava no local nobre, e após um tempo ocorreu a destruição do carro da mesma forma que no outro bairro, inferindo-se que na realidade seria a sensação de impunidade que levaria a delitos e criminalidade e não a pobreza. (OYAMADA, 2017)

Em 1982 o cientista político James Wilson e o psicólogo criminalista George Kelling desenvolveram “a teoria das janelas quebradas” (*broken windows theory*) resgataram essa teoria do âmbito da psicologia realizada em 1969, e fizeram uma pesquisa sobre pobreza, desordem e criminalidade publicando um artigo em março de 1982 na Revista *Atlantic Monthly*. Explicam que se uma janela de um edifício for quebrada em qualquer ambiente, se não for reparada, a tendência é que vândalos passem a arremessar pedras nas outras janelas e posteriormente passem a ocupar o edifício e destruí-lo. (OYAMADA, 2017)

Os pesquisadores constataram com essa tese que a ligação entre desordem e criminalidade é maior do que com a pobreza, pois nos dois ambientes logo que se teve a primeira janela quebrada, logo após a desordem se instalou, por isso em qualquer ambiente é

preciso penalizar pequenos delitos para não se transformar em outros maiores, necessitando de um Estado presente e forte. Enfim, constataram que se houver desordens não reparadas a criminalidade ali se instalaria devido o descaso de uma autoridade e pela sensação de imunidade individual.

Ao colocar somente na sensação de impunidade a causa da criminalidade, perde-se de vista a complexidade que tem esse problema social, tendo em vista como observou-se no item anterior que a questão da criminalidade é umas das expressões da questão social do capitalismo, sendo assim as soluções para este problema são muito mais complexas.

Antes de pensarmos nessas soluções, cabe pensar se essa teoria provou dá certo na realidade. O caso mais conhecido por utilizá-la na prática foi o prefeito de Nova Iorque em julho de 1994: Rudolf Giuliani e o seu chefe de polícia William Bratton através da chamada iniciativa de qualidade-de-vida (*quality-of-life initiative*) e tolerância zero para com pequenos delitos, no qual colocou os policiais nas ruas para vigiar e punir pequenos delitos contra a qualidade de vida, especialmente nos lugares onde esses delitos eram frequentes. (COUTINHO E CARVALHO, 2015)

Coutinho e Carvalho (2015) acrescentam que nos estudos comparativos sobre a cidade de Nova Iorque e outras cidades, não ocorreu constatação de que a teoria funcionou, já que nos anos 1990 houve uma queda na criminalidade em muitos locais que não usaram dessa iniciativa, sendo até mais em outras cidades. O que ocorreu na realidade em Nova Iorque foi um aumento considerável de 40 a 85 mil novas prisões por infrações menores de 1994 a 1998⁸, como consta na tabela seguinte:

Tabela 1 - Dados percentuais da queda da criminalidade em Nova York e outras cidades americanas em 1991 a 1996.

Cidade	Percentual
Houston	69%
Pittsburgh	61%
Nova York	51%

Fonte: Joanes (1999), apud Coutinho e Carvalho (2015).

Ainda segundo esses autores não foi somente essa política que propiciou a queda da criminalidade, outros fatores se somaram:

⁸ Dados retirados por Coutinho e Carvalho, 2015 do Relatório da Divisão de Serviços de justiça criminal de 2000, Estado de Nova York;

a duplicação do número de policiais nas ruas; a mudança do consumo de crack para heroína; um orçamento do NYPD de 2,6 bilhões de dólares; condições econômicas favoráveis nos anos 90; novos sistemas computadorizados; a queda no número de jovens de 18 a 24 anos, prisões de grandes gangues de traficantes. (KARMEN, 1996, ZIMRING E KIM, 1998, BUTTERFIELD, 1998, APUD COUTINHO E CARVALHO, 2015)

Acrescido aos fatores acima citados, Machado (2019) relata também que essa queda na criminalidade em Nova Iorque deu-se devido ao aumento o número de empregos na época, investimos na segurança pública e educação.

Observa-se que essa teoria contribui porque mostrou que é imprescindível a presença do Estado em todos os lugares, especialmente nos lugares em descaso. Mas é preciso compreender o que pensa e como age esse Estado nesses lugares, será que usa apenas seu papel coercitivo ou também age de forma a garantir através de políticas públicas os direitos do povo.

Sendo assim é preciso ter cautela na defesa dessa teoria, especialmente no momento atual que vivenciamos em que o neoliberalismo se faz presente, propiciando políticas de tolerância zero e falta ou insuficiência em políticas públicas sociais para prevenção de delitos e criminalidade, especialmente para com os pobres nos bairros periféricos e estigmatizados.

Wacquant (2017) corrobora ao expor que “Os efeitos da estigmatização territorial também se fazem sentir no nível das políticas públicas” (p. 30). Se um local é considerado um território de não direito, fora da lei e da ordem social é fácil justificar medidas mais duras, restritivas, de penalização, limpeza e mais exclusão, sem real preocupação com o destino e ressocialização desses “considerados” perigosos. Essa é a principal lacuna dessa teoria que não trata da ressocialização dos que comentem pequenos delitos, trata apenas de sua punição.

Outra lacuna identificada nesta teoria é que foca seu investimento na polícia, na segurança pública, mas não trata da importância do investimento nas demais políticas públicas, que são, como observou na cidade de Nova Iorque, fatores preventivos contra criminalidade.

Em entrevista, de Loic Wacquant (1999) sobre sua pesquisa com relação a criminalização da pobreza nos Estados Unidos nas década 1990 e 2000 relata a mudança do estado Providência que visa a proteção social e garantia de direitos à população para um estado-Penitência, este não se destina a toda população norte-americana, mas os que mais sofrem as sequelas da questão social, “aos miseráveis, aos inúteis e insubordinados à ordem econômica e étnica que se segue ao abandono do compromisso fordista-Keynesiano e a crise do gueto” (p. 08). Seria uma ação que visa a limpeza dos segmentos sociais percebidos como ameaçadores da ordem capitalista vigente.

De acordo com Inácio, Pereira e Kosok (2010) “A culpabilização e a repressão dos mais pobres não são ações válidas como formas de prevenir ou interromper a violência, estas só contribuem para a estigmatização de uma determinada classe.” (p. 10).

Como relatado por Oyamada (2017) aqueles que se situam as margens da sociedade estão mais propensos a terem menos oportunidade de educação, saúde, segurança, baixo acesso a serviços, e por fim, em qualquer delito estão mais propensos a sentirem as duras penas do direito criminal, bem como a partir de seu local de moradia os preconceitos no qual vivenciam é algo que só contribui para estigmatizá-los e até mesmo revoltá-los

Segundo Wacquant (2017) nesses lugares pobres e marginalizados tendem a concentra-se ou frequentar os desviantes e resíduos da sociedade. Espaços que quando ameaçam serem permanentes, os discursos de descrédito, estigmatização e exclusão se fazem presente ao conjunto da sociedade. Tanto pelos que ali vivem quanto os que estão fora. Aos que vivem nesses lugares o sentimento de culpa e vergonha, medo e distanciamento dos seus vizinhos que ali residem, aos outros, é um território perigoso que necessita ser limpo e ordenado e as classes perigosas contidas.

A repressão da classe pobre só destrói mais ainda seus direitos sociais. As medidas devem voltar-se para pensar no que gera os problemas, resoluções das disfunções, considerado todos os fatores de risco ao crime e são somente a punição de quem comete algum delito. Combater a consequência, não resolve a causa do problema.

Observa-se com essa teoria que não é a pobreza causa da criminalidade. Mas relegar a cauda do problema somente a sensação de impunidade não resolve a complexidade dele.

A teoria das janelas quebradas contribui pois traz a importância da presença do Estado nos bairros pobres que estão em descaso. No entanto, deve-se pensar não somente de sua importância para garantir a segurança pública, mas ser um ente afiançador de outras seguranças sociais, como: emprego, moradia, assistência social, saúde e educação.

É preciso fortalecer um Estado protetivo em todos os lugares e voltado ao provimento das seguranças sociais que recupere o sentimento de cidadã e de coletividade, fortaleça vínculos comunitários, preserve os espaços urbanos e seja uma referência social e pessoal de segurança. (PASSOS E CARVALHO, 2015)

Outro problema, que Passos e Carvalho (2015) relatam que é a presença da polícia nessas áreas não aplaca o medo, insegurança e a criminalidade, mas pode potencializa o “viver acuado” desses por estarem nesses espaços estigmatizados pela sociedade, estigmatizados

inclusive pelos próprios policiais, o que leva há mais resistência e revolta para com a autoridade policial. Relatam:

A expressão nativa “*viver acuado*” assinalam as sensações de quem se considera sem saídas e em situações de silenciamento, abandono e isolamento diante da violência difusa e indiscriminada advinda do aparato estatal, seja pela precárias políticas públicas sociais, seja pela atuação discriminatória e violenta da polícia; e/ou de grupos rivais envolvidos em práticas criminosas (com destaque ao narcotráfico), a quem os narradores denominam “*facções do lado de cá e facções do lado de lá*” (p. 250)

Wacquant (1999), expõe que essas ações duras e desarticuladas com outras políticas da polícia seria uma falácia, pois este regime nos bairros mais segregados poderia gerar uma cultura de resistência a autoridade policial, bem como prisões sem reinserção social poderia na realidade contribuir na transformação do homem que fez um pequeno delito em um criminoso. Sem contar que desestabiliza as famílias das zonas pobres.

Observa-se que são os bairros pobres onde o crime se fortalece e os pobres são os mais sujeitos a sofrer as duras penas de um Estado penal, pois de acordo com Kilduff (2010)

A retração da rede de segurança social acontecida nos Estados Unidos, como também os graduais cortes orçamentários na assistência, na saúde pública, no ensino e na moradia, iniciados no começo dos anos 1970, devem ser compreendidos como parte da reação dos governos conservadores contra os movimentos progressistas americanos da década anterior. (p. 241)

Diante do exposto, Machado (2019) relata que essa teoria pode contribuir na redução da criminalidade, mas junto com investimento nas políticas públicas sociais. Acrescento que a educação seria uma das principais políticas preventivas e transformadoras da realidade.

Corroborar-se com a frase inicial de Demo (2017) ao final da introdução “o sistema não teme o pobre que tem fome. Teme o pobre que sabe pensar.” (p. 36), pois geralmente quando se pensa em pobreza, correlaciona com a falta material de algo: emprego, dinheiro, comida, acesso a serviços, etc, mas no âmago está a pobreza política, advinda de uma educação que não emancipa.

Como este autor informa, a fome não se resolve apenas com acesso a comida, é necessário antes de tudo entender criticamente que a fome é imposta e inventada e partir da desigualdade presente na sociedade, bem como que a criminalidade também não se resolve apenas com a punição do delituoso ou criminoso e que seus fatores são socialmente complexos. Por fim, percebe-se que a política mais importante é a política social do conhecimento (da

educação), sendo pela via da aprendizagem reconstrutiva de cunho político que forma pensadores da realidade e não apenas meros reprodutores do sistema.

A Educação Emancipatória

A educação não pode ser compreendida de forma endógena, mas é preciso situá-la historicamente e analisá-la a partir do contexto social no qual se encontra. Mas algo é inegável como refere o educador Paulo Freire (2017) a educação é sempre política; sua organização, configuração e seus fins se dará a partir da visão de homem, mundo e sociedade entre forças sociais (entre classes) presentes na sociedade capitalista.

Antes de tratarmos sobre a educação, é preciso compreender o que ela é. Segundo Engel (1896) na evolução do ser humano, ele a partir do trabalho foi se distinguindo dos animais. O ser humano considerando sua potencialidade teleológica (ação intencional e planejada, ser de práxis) e racional foi criando uma série de mediações na realização do trabalho, adquirindo consciência, sociabilidade, linguagem, religião, etc. A educação foi e é uma ferramenta criada pelo homem para o repasse daquilo que ele foi aprendendo, criando e recriando no decorrer da história para outros seres iguais a si.

Diante do exposto, todo ser humano desde a infância necessita passar por processos educativos sejam formais ou não formais (informais) e esses são os principais meios de transmissão de conhecimentos, de integração e interação social. (NETTO e BRAZ, 2011).

De acordo com Freire (2017) a educação existe porque o homem se vê como um ser inacabado em e com a realidade, e esta já que é histórica, também é igualmente inacabada. Ele acrescenta que o homem é um ser na busca frequente de ser mais e como ele não é uma ilha essa busca se dá com outros e/ou interfere nos outros.

Marx (2006) refere que embora os homens façam sua própria história, fazem sob determinadas circunstâncias materiais que podem não ser de sua escolha, mas aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Demo (2017) corrobora com Marx ao relatar, a partir de seus estudos, que a aprendizagem do ser humano depende da realidade concreta, mas como somos seres interpretativos, ela entra de acordo com os parâmetros da mente de cada um. A cognição depende das capacidades sensoriomotoras do ser humano, e essas dependem do contexto biopsicossocial e cultural sentidas, aprendidas e vivenciadas desde a infância.

Lakoff (1999) citado por Demo (2017) expõe que apesar das condições concretas de vida, o homem é um animal diferente, é um ser histórico, mas também capaz de fazer história, pois:

Somos animais filosóficos. Somos os únicos conhecidos que podem perguntar, e por vezes até explicar, por que as coisas acontecem do modo como acontecem. Somos os únicos animais que ponderam sobre o significado da existência e se preocupam com o amor, sexo, trabalho, morte e moralidade. E parecemos ser os únicos animais que podem refletir criticamente sobre suas vidas de modo a fazer mudanças sobre como elas se comportam. (LAKOFF, 1999, APUD DEMO, 2017, p. 28)

Ao relatar sobre essas condições concretas, sabe-se que a educação se encontra no campo da cultura, ela vai caracterizar-se de acordo com o momento histórico e lugar no qual se processa, além da forma como a sociedade se organiza em torno do trabalho. Como o trabalho é fundante do ser social, cada sociabilidade, educação e formação vai possuir as particularidades e os objetivos do momento histórico em que se encontram os sujeitos.

Como este estudo se propõe a buscar uma aproximação com a educação na sociedade capitalista, percebe-se que a educação nessa sociedade majoritariamente, se encontra submetida aos interesses das classes dominantes.

Para Freire (1996) o poder ideológico advindo da classe dominante responsabiliza cada um por sua condição. “Daí a culpa que sentem eles [as classes trabalhadoras], em determinado momento de suas relações com o seu contexto e com as classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa.” (p. 83). Os trabalhadores acabam não percebendo que as condições econômicas, políticas e sociais dificultam o acesso aos bens que respondam às suas necessidades. Em suma, não se trata apenas de uma incompetência individual, mas se trata de uma estrutura social essencialmente e concretamente desigual.

Com relação a educação nesta sociedade capitalista Tonet (2011) relata

[...] a teoria educacional burguesa se vê enredada em uma contradição insolúvel entre o discurso e a realidade objetiva. Ela enfatiza a universalidade do direito à educação e a necessidade da formação integral do ser humano. No entanto, o processo real, objetivo, impede o acesso universal à educação e desmente a possibilidade de uma formação integral. Incapaz de compreender a relação íntima entre subjetividade e objetividade, essa teoria torna-se um discurso vazio, mas convenientemente funcional à reprodução dos interesses das classes dominantes. (TONET, 2011, p. 143).

A educação nessa sociedade do capital é realizada por meio de uma educação escolar não democrática⁹. Freire (1996) entende que essa educação se efetiva quando o professor é o detentor dos conhecimentos e deposita, transfere ao aluno este saber. Este último, é apenas um receptor, passivo diante do professor. A educação, neste sentido, está de acordo com o que quer a classe que domina, que é não criar cidadãos pensantes, criativos e questionadores, mas seres acomodados, apolíticos, que aceitem e respeitem a autoridade sem questionar.

Esse tipo de educação no qual Demo (2017) chama de instrucionista também age de modo reconstrutivo e político, no entanto, em vez de abrir potencialidades para os sujeitos, lhe é imposto a ignorância. Cita que “no instrucionismo, o professor, em vez de fomentar a autonomia criativa, reduz o aluno a ouvinte passivo, reproduz de mensagens alheias, subalterno a outros projetos históricos; mesmo aí (...), embora ‘para trás’ (...) não deixa de ser sujeitos; (p.30).

Freire (2017) refere que o opressor sabe que uma educação crítica e libertadora para classe oprimida não lhe interessa, muito pelo contrário, interessa-lhes sua permanecer na situação de opressão, imobilismo, aceitação e impotência.

Já a educação libertadora pressupõe que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 22). Para isso, é necessário que aluno e professor aprendam juntos, num processo de ensino-aprendizagem constante, de respeito, de diálogo, em que o professor direciona essa formação para o desenvolvimento da criatividade, da dimensão investigativa, crítica e propositiva dos estudantes.

Freire (2017) cita que “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserirem’ nela criticamente” (p. 54). O homem alineado vê as coisas em sua aparência, na superfície, o consciente e crítico vai além das aparências.

Por isso é preciso pensarmos de forma crítica, o papel da educação na sociedade do capital é encobrir a realidade. Sader (2004) afirma que, a educação nessa sociedade teria como intuito “[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que

⁹ Paulo Freire (1994) denominou esse tipo de educação de “Educação bancária”. Referia-se a ela como um método de ensino no qual o conhecimento é “depositado” pelo professor no aluno. Este, recebe passivamente, sem questionar e sem participar de sua construção, tendo sido cortado a criatividade, o espontaneísmo. Para o autor, o contrário dela é a educação libertadora. Para compreender melhor esses conceitos ler Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1994.

legítima os interesses dominantes. [...]” (p. 15). Portanto, a educação passou a ter na sociedade de classes como propósito encobrir a desigualdade que está na gênese dessa sociedade, criando um consenso para a sua continuidade.

Conforme Freire (1996) a educação pode tanto reforçar a reprodução da ideologia dominante, quanto através da prática educativa-crítica desmascarar essa ideologia. Como é uma das contradições postas nessa sociedade, deve ser entendida em seu movimento dialético.

Conceituando a educação emancipadora cabe citar Nunes (2017) baseando na obra de Freire relata que “A educação emancipadora é um processo que potencializa o exercício da cidadania de homens e de mulheres que tem consciência crítica, tem voz e constroem/transformam o mundo em que vivem.” (p. 355)

Observa-se que para transformar a sociedade é necessário construir condições concretas para a transformação que objetive a emancipação humana. Seria necessário mudar a sociedade. Para isso, deve-se mudar a estrutura econômica o que só se dará, por meio da organização e luta popular. A educação é um dos meios que pode levar a compreensão da estrutura social, podendo contribuir para a sua transformação.

Segundo Demo (2017) “(...) ler a realidade não inclui apenas a capacidade formal do manejo do conhecimento, mas sobretudo a habilidade de nela intervir como sujeito capaz de história própria.” (p.20). No item seguinte tem-se uma análise da educação como instrumento que previne a criminalidade e leva o ser humano entender mais profundamente sobre ela.

É preciso uma educação formal e não formal que seja baseada naquilo que Paulo Freire traz, relações dialógicas, construídas a partir das vivências de cada um que aprende, entender o seu contexto comunitário relacionando e estudando criticamente a sociedade. É preciso possibilitar e dá condições as pessoas enxergarem as relações de poder presentes na sociedade, se libertar de formas de alienação, senso comum e aceitação de sua condição, e acima de tudo uma educação para a cidadania baseado na alteridade e solidariedade coletiva (NUNES, 2017)

A Teoria das Janelas Quebradas e a Educação

Segundo Kilduff (2010) a partir de 1970 ocorreu um aumento na produção teórica e acadêmica norte-americana legitimadoras de políticas criminais mais repressivas. Este período como vimos no item primeiro o neoliberalismo se fortaleceu proporcionando o surgimento e aceitação de teoria como das janelas quebradas. Sendo que as ideais repassadas e exportados

aos países latino-americanos era como se fosse uma solução exitosa contra a criminalidade. Ideais que entraram com facilidade no Brasil, pois nunca tivemos um Estado democrático ou o *Welfare State* garantidor de direitos sociais.

Em 1988, após luta dos movimentos sociais pela redemocratização do país conquistamos a Constituição Federal que estabeleceu algumas garantias fundamentais e direitos sociais. Entretanto, a partir de 1990, sobe ao poder governos com pensamento neoliberal, como Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Wacquant (1999) expõe que há duas tendências no neoliberalismo: o desmonte e enfraquecimento das políticas públicas sociais universais e de qualidade, pois afirmam que geram gastos; e a defesa do papel do Estado coercitivo para conter as desordens sociais, especialmente nos bairros pobres, periféricos, segregados, onde relatam que vivem os maiores “desordeiros” mas onde também se falta um Estado presente em todos os âmbitos sociais.

Wacquant (2017) relata que com a crise capitalista e o neoliberalismo aumenta o disciplinamento das classes vitimizadas pela crise, por meio de sua culpabilização, repressão e controle.

Ao se analisar a teoria das janelas quebradas percebe-se que ela foca na penalização dos desordeiros, não se preocupa com a sua reabilitação e reinserção social. A punição seria como uma forma de dá exemplo, retirar os delituosos das ruas, excluí-los mais ainda da sociedade e controlá-los, (COUTINHO E CARVALHO, 2015), o que é de interesse da classe dominante.

Esses autores citam: “os bêbados, os catadores de papel, os flanelinhas, entre outros, são as verdadeiras ameaças, os ‘projetos de Fernandinho Beira-mar’, dos quais se deve dá cabo agora, antes que virem coisa pior. Acaba-se com eles e se acaba com os estupros, com os roubos, com os homicídios” (p. 6) Efetua-se através desse maniqueísmo mais uma forma de dividir e estratificar mais ainda a sociedade. Ainda segundo Wacquant (2007 apud Kiduff, 2010):

O abandono do ideal de reinserção (promovido pelas) críticas convergentes da direita e da esquerda nos anos 70 (foi substituído) por uma filosofia gerencial que evitava cuidadosamente enfrentar as causas e as consequências do encarceramento de massa [...]. A prisão serve, nessa ótica, para isolar e neutralizar categorias (populacionais consideradas) desviantes ou perigosas por meio de uma vigilância padronizada [...], cuja lógica evoca mais a pesquisa operacional ou a retirada dos ‘dejetos sociais’ do que o trabalho social. (p. 242)

Machado (2019) relata que a escolaridade é um fator protetivo a criminalidade, manter os jovens na escola pelo menos até o término do ensino médio é política de prevenção, tendo

em vista que em pesquisa a população carcerária brasileira 75, 08% possuía baixa escolaridade, 24,92% ensino médio completo até superior completo.

Só que quando se fala em educação, não se fala na bancária, instrucionista ou alienante, é preciso investir em uma educação de qualidade que tenha o compromisso ético-político com a transformação homem para melhor e do mundo para o bem-comum. Isso só será possível com uma educação alicerçada em uma posição crítica, popular, política, social e comunitária, pois além de contribuir para o não cometimento de delitos e /ou crimes, possibilita participação sociopolítica para mudar situações de injustiças sociais. (GODOTTI, 2012)

Quando se pensa nesta educação, não deve se restringir a educação formal, que acontece basicamente nas escolas e universidades, mas deve ocorrer em todos os níveis, tanto formal, quanto informal, na família, na comunidade, etc.

Ainda segundo Gadotti (2012) toda teoria deve politizar mais nossos argumentos e polemizar menos, ver primeiro o que nos une como seres humanos e valorizar mais a luta pela justiça social, igualdade social e cidadania, do que o pensamento maniqueísta entre seres humanos bons e maus. Mas pensar nossa realidade como uma instrutura desigual e por vezes injustiça. É preciso sermos seres críticos, olharmos para além da aparência da sociedade e perceber o jogo de forças que nela há.

É fundamental investir em segurança social, mas também na ressocialização. O poder público deve ser presente como quer a teoria, mas presente especialmente no investimento em políticas públicas. É imperioso a qualidade e efetividade na Política de saúde, Assistência Social, trabalho, educação, etc. principalmente nos bairros pobres, pois a prevenção ao crime sempre é e será o melhor e mais justo caminho para todos.

Como diria Coutinho e Carvalho (2015) ao se colocar na realidade ou defender qualquer teoria social que defende medidas duras para com pequenos delitos, deve ser bem pensada, para não termos o sentimento de abandonar quem já está perdido, pois aquele que abandona quem está perdido abandona também sua capacidade de pensar, de refletir e de questionar.

Ressalta-se para termos uma educação de qualidade, é preciso que o Estado invista na educação que prepare cidadãos e cidadãs para pensarem criticamente e serem sujeitos de sua história e conseqüentemente da sociedade, contribuindo para transformar a sociedade para além das amarras do capital ou de qualquer outras amarras.

Enfim, para minimizar a criminalidade é preciso um Estado presente, que invista na educação para cidadania para as pessoas não perceberem um delito como uma alternativa, para

que ao vermos uma janela sendo quebrada, não contribuamos com mais janelas quebradas, para que possamos buscar mudar as causas da pobreza e a criminalidade, indo além da mera punição.

Ainda Freire (1979) a educação deve ter educador e educando consciente. Essa educação deve formar um profissional e ser humano comprometido com a sociedade, pois é capaz de refletir e agir tendo ciência de sua consciência condicionada, sabendo disso, pode intencionalizar sua consciência para seus fins. Este educador compromissado forma educandos também conscientes de sua situação, e por isso, também compromissado com a sociedade.

Freire (2017) ressalta que a realidade é contraditória, apesar das condições de mudanças sociais serem desafiadoras, a sociedade é produto da ação dos homens. Ela não se dá por acaso e não é por acaso que pode ser transformada. O homem é um consciente, racional, ser de práxis, capaz de transformar a si e ao mundo. Sendo que a educação emancipatória possibilita as armas necessárias para mudar a realidade humana opressora.

Por fim as ideias de Paulo Freire (1979) é algo que necessita continuar presente na educação, pois através delas se formará pessoas com sensibilidade e compromisso com os outros, com amor que leva a não julgar, mas se comunicar e buscar soluções conjuntas para além da punição, que dialoga com outros seres humanos para entender o que lhes acontece, e age de forma consciente respeitando os demais e sua comunidade, e que por fim, esperança em dias melhores, na busca constante de mudar a sociedade para o bem, não só para si, mais para todos.

Considerações Finais

O interesse por esse tema de estudo corrobora com a minha formação em Serviço Social, no qual o objeto do trabalho do Assistente Social são as expressões da questão social. Somos desafiados a estudar e decifrar as configurações das multifacetadas refrações da questão social em cada momento histórico e suas formas de enfrentamento. Acrescenta-se a minha formação, a atual especialização no âmbito da educação, que é esta, especialização em Docência no Ensino Superior proporcionando pensar e refletir a educação como instrumento de transformação social.

Este tema mostrou-se importante no âmbito acadêmico, pois trouxe outro paradigma para com a teoria das janelas quebradas, indo além de sua relação com a área do direito e da criminalidade, mas relacionando com a educação. Este estudo, ampliou essa teoria e mostrou

sua contribuição e suas lacunas. Constatou-se como é importante é a presença de uma autoridade, no caso o Estado através das políticas públicas em todos os âmbitos para a prevenção da criminalidade. E que através de uma Política de educação emancipatória se possibilita enxergar a pobreza e a criminalidade pelo seu viés complexo, para além da aparência, percebendo os fatores que incidem sobre essas mazelas sociais.

Analisou-se que a sociedade capitalista é inerente a concentração de capital/riqueza pelas classes dominantes e isso tem como consequência a desigualdade social que oprime a classe trabalhadora. Essa desigualdade se manifesta de diferentes formas, sendo uma dessa a criminalidade, recorrentes nos bairros periféricos pobres e que gera diversas opiniões sociais. No momento atual, no Brasil e no mundo verifica-se as diversas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais ocasionadas pela reestruturação produtivas, mundialização do capital e neoliberalismo que impacta fortemente toda a sociedade, e rebate inclusive nas expressões da questão social, exponenciando-as.

Ao analisar a teoria das janelas quebradas que tenta entender e resolver as sequelas da questão social: criminalidade, seus teóricos indaga quem atirou pedras na janela e que esses que esses devem ser severamente punidos, mas não indaga o porquê alguém quebrou a janela, quais as explicações para isso e porque a solução para não quebrarem mais as janelas, não deve passar apenas pela punição, mas considerar a reeducação, a ressocialização e acima de tudo deve anteceder/prevenir através das Políticas Públicas para a população. Com essa pesquisa consta-se que na prática, esta teoria das janelas quebradas só mostrou que funciona devido a vários fatores, especialmente o investimento em políticas públicas.

Observou que a ignorância do povo oprimido através de uma educação acrítica, sem qualidade que apenas preparar mão-de-obra para o mercado acaba levando o povo esperar soluções do próprio sistema ou aceitar ações rígidas para manutenção da chamada “ordem social”, sem combater as causas das mazelas sociais, sendo uma dessas, a criminalidade.

A educação de teor emancipatório tem papel de desfazer qualquer condição de massa de manobra e falta de compreensão do jogo de forças presentes no âmbito da sociedade, e consequentemente do Estado, bem como essa educação possibilita ter atitudes mais cidadãs em nossa comunidade, nos impedindo de quebrar ou continuar quebrando as janelas.

Como vimos o problema da criminalidade é complexo, sendo que as soluções também dever ser complexas (ir além da aparência) e não focalizada apenas na consequência de algo, que é a questão dos delitos e do crime, sendo que a teoria das janelas quebradas apenas traz a “punição pela punição”. Entretanto, só através de uma educação conscientizadora que podemos

observar e refletir a fundo sobre a criminalidade, bem como encontrarmos possibilidades de transformar a sociedade em prol do bem-comum.

Referências

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2) São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, J. N. M., CARVALHO E. R. **Teoria das janelas quebradas: E se a pedra vem de dentro?** 2015, disponível em <<https://emporiododireito.com.br/leitura/teoria-das-janelas-quebradas-e-se-a-pedra-vem-de-dentro>> Acesso em 16 de jul. de 2021

DEMO, P. **Conhecimento e aprendizagem: atualidade de Paulo Freire**. Revista da ABENO v. 7 n. 1, 2007. P. 20-37. Disponível em: <<https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1409/836>>. Acesso em 16 de jul. de 2021

ENGEL. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 1896. In ANTUNES R. (ORG.) **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. 1º ed, 6º reimpressão São Paulo: Expressão Popular. 2004

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12 ed. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. São Paulo: Paz e terra. 1979. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjLlfO_sfzxAhUHq5UCHXaMDD4QFjAAegQIBRAD&url=https%3A%2F%2Fifbaiano.edu.br%2Fportal%2Fpos-eja-santa-ines%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F99%2F2020%2F07%2FEduca%25C3%25A7%25C3%25A3o-e-Mudan%25C3%25A7a.pdf&usq=AovVaw2ZmD0d0mXdxSDTxWWoygqB>. Acesso em: 24 de jul. de 2021.

FREIRE. P. **Pedagogia do Oprimido** 64 ed. Rio de janeiro/são Paulo: paz e terra 2017; 251 folhas.

GADOTTI, M. **Educação popular, Educação social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. v. 18, n. 2 (2012) Revista Diálogos: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: Domínio Epistemológico. UNB – Universidade católica de Brasília. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>> Acesso 16 de jul. de 2021

KILDUFF, F. **O controle da pobreza operado através do sistema penal**. Revista Katálysis. Florianópolis v. 13, n: 2, p: 240-249, jul/dez. 2010. Disponível em<<https://www.scielo.br/j/rk/a/6hQGPZ5GczQCzSM5MZb4C/?lang=pt>> Acesso em 16 de jul. de 2021.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade. P. 17-49, IN: **O serviço social na contemporaneidade: o trabalho e formação profissional**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M.V. O capital fetiche, questão social e Serviço Social. P. 105-195. IN: **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7 ed. São Paulo: Cortez 2012.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

INÁCIO, A. A., PEREIRA, D. B. KOSOK M. M. **O Sistema do Capital: reflexões sobre a criminalização da pobreza**. Londrina PR, de 04 a 07 de Julho de 2017. IN: II congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos III seminário nacional de território e gestão de políticas sociais e II congresso de direito à cidade e justiça ambiental. Direitos Humanos, estado penal e criminalização da pobreza. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjnn7q0l-jxAhWjpZUCHXTxCy8QFnoECAQQA&url=https%3A%2F%2Fwww.congressoservicosocialuel.com.br%2Fanaais%2F2017%2Fassets%2F131611.pdf&usg=AOvVaw3QEgvkg9qxW_WaSiLif5i> Acesso em 16 de jul. de 2021.

MACHADO, C. R. **A teoria das janelas quebradas: uma visão jurídica e educacional** 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/76860/teoria-das-janelas-quebradas-uma-visao-juridica-e-educacional/4>> Acesso em 16 de jul. de 2021

MARX, K. **O Capital**. 2011, Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiN1bi507rwAhVdILkGHRrAAHUQFjAAegQIAxAD&url=http%3A%2F%2Fwww.gepec.ufscar.br%2Fpublicacoes%2Flivros-e-colecoes%2Fmarx-e-engels%2Fo-capital-livro-1.pdf%2Fat_download%2Ffile&usg=AOvVaw0R6Rw2rMc2cYIoJPXGGNA3> Acesso 16 de jul. de 2021.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006

MINAYO, Maria C. S. (org.) DESLANDES. Suely F. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NUNES, A. A. S. A atualidade da Educação Freiriana. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 7, n? 3 , p. 347-373, set./dez 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjF-d_DoejxAhWLPZUCHTztAAIQFnoECAIQAA&url=http%3A%2F%2Fufopa.edu.br%2Fportaldeperiodicos%2Findex.php%2Frevistaexitus%2Farticle%2Fdownload%2F359%2F282%2F731&usg=AOvVaw0i7Qk5JKxsPuU9DNfS5bIT> Acesso em 16 de jul. de 2021.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7. Ed. São Paulo: Cortez. 2011 (Biblioteca básica de Serviço Social v. 1.)

OYAMADA, W. Y. **A falibilidade da criminalização da pobreza à luz da teoria das janelas quebradas: um dilema para a efetivação do princípio da igualdade**. In: II congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos, III seminário nacional de território e gestão de políticas sociais, II Congresso de direito à cidade e justiça ambiental Direitos Humanos, estado penal e criminalização da pobreza. Londrina PR, de 04 a

07 de Julho de 2017. Disponível em: <
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjDmdfUoOjxAhWtqpUCHUsKA88QFnoECAIQAA&url=https%3A%2F%2Fwww.congressose rvicosocialuel.com.br%2Ffanais%2F2017%2Fassets%2F131550.pdf&usg=AOvVaw2_ugnISOwR8RQ7kulOXY_Z>. Acesso em 16 de jul. de 2021

ORQUESTRA DE RUA, **Se eu fosse Presidente** / If I Were President. 16 de nov. de 2018

YOUTUBE, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0uUL_kOjAzE> Acesso em 16 de jul. de 2021.

PASSOS, L. M. CARVALHO. A. M. P. O medo e inseguranças nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do grande Bom Jardim. In: **O público e o privado** – n.º: 26 – julho/ Dezembro, 2015.

PEREIRA, P. A. Capítulo IV: Para maior compreensão da política social: concepções básicas de Estado versus sociedade, In: **Política sociais temas e questões**. São Paulo: Cortez 2008.

SADER, Emir. In: MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**, São Paulo: Boitempo, 2004.

SOUSA, C. R. L. ALVES, F. C. R. **A teoria das janelas quebradas aplicadas na atualidade**, 2018. [S.l; S.n].

Wacquant, L. Tradução de Suely Gomes Costa. Entrevista Loic Wacquant. **A criminalização da pobreza**. Mais Humana, dez, 1999. Disponível em <www.maishumana.com.br/loic1.htm>

WACQUANT, L. traduzido do original em francês por Regina Guimarães revisão científica de Virgílio Borges Pereira. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. 2017. vol. 16 (2006): Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Disponível em: < <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365>> Acesso em 10 de jul, 2021

TONET. Ivo. Artigo: Educação e Ontologia Marxiana. **Revista: Histedbr On Line**. Campinas, número especial, p. 135-145, abr2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art10_41e.pdf> Acesso em: 13 de out. de 2012

Como citar este artigo (Formato ABNT):

FREITAS, Docília Evangelista de; SOUSA, Felipe Neris Torres de. A Educação como um Instrumento de Transformação Social à Luz da Teoria das Janelas Quebradas. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Outubro/2021, vol.15, n.57, p. 53-78, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 02/08/2021;

Aceito 10/08/2021.